



A Comissão Executiva da Federação Nacional da Educação (FNE) aprovou hoje a **contraproposta negocial** a remeter ao **Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI)**, no âmbito do processo de revisão do **Estatuto da Carreira Docente**, na sequência da reunião realizada em **18 de dezembro de 2025**.

A **segunda reunião negocial** entre a FNE e o MECI, encontra-se agendada para as **8h30 do dia 7 de janeiro de 2026**.

Esta contraproposta, elaborada com base no documento “*Revisão do Estatuto da Carreira Docente – 1.ª Tema | Perfil Geral do Docente, Direitos, Deveres e Garantias*”, traduz a posição consistente que a FNE tem vindo a defender ao longo do processo negocial e assenta em princípios estruturantes para o futuro da profissão docente e do sistema educativo.

Em particular, a FNE reafirma a necessidade de:

- **Reconhecer explicitamente a natureza altamente especializada da profissão docente;**
- **Garantir uma autonomia profissional efetiva;**
- **Valorizar as condições de trabalho**, como fator essencial para a qualidade educativa;
- **Assegurar proteção jurídica adequada** aos docentes no exercício das suas funções;
- **Consagrar salvaguardas claras contra a intensificação burocrática**, que desvirtua o trabalho pedagógico e compromete a missão da escola.

Para a FNE, a **valorização da carreira docente** é uma condição indispensável para a **dignificação da profissão**, para a **coesão do sistema educativo** e para a **promoção de uma escola pública de qualidade**, inclusiva e socialmente justa.

A FNE reitera a sua **total disponibilidade para o diálogo negocial**, esperando que o processo em curso permita alcançar soluções equilibradas, justas e sustentáveis, capazes de responder aos desafios atuais da educação e de reforçar o reconhecimento social e profissional de quem ensina.

**Em anexo**, é disponibilizado um **resumo comparativo**, apresentado **em formato de tabela**, que sintetiza de forma clara e objetiva as **propostas do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI)** e as **contrapropostas da FNE**, permitindo uma leitura transparente das opções defendidas pela Federação.

Porto, 30 de dezembro de 2025

**Comissão Executiva**

Federação Nacional da Educação (FNE)

[www.fne.pt](http://www.fne.pt)



## Resumo Comparativo

### Proposta MECI vs. Contraproposta FNE

	Proposta MECI	Contraproposta FNE
Enquadramento do Perfil do Docente	Perfil definido por referência aos perfis de competências transversais do ReCAP (Administração Pública).	Perfil definido no ECD, afirmando a natureza altamente especializada da profissão docente.
Natureza da Profissão	Ênfase em competências transversais: autonomia, ética, inovação e cidadania.	Reconhecimento expresso da profissão altamente qualificada e especializada, com autonomia técnica, científica, pedagógica e didática.
Domínios do Perfil	Científico/pedagógico; colaborativo/organizacional; ético; inovação e pensamento crítico; desenvolvimento profissional.	Científico e pedagógico; autonomia e responsabilidade profissional; ético e deontológico; colaboração profissional; desenvolvimento profissional contínuo.
Autonomia Pedagógica	Autonomia no respeito pelo currículo e orientações em vigor.	Autonomia como garantia estatutária, protegida de orientações administrativas desajustadas.
Participação na Escola	Participação em órgãos e definição de orientações pedagógicas.	Participação efetiva na organização do trabalho escolar e decisões pedagógicas.
Formação Contínua	Acesso a ações de formação e apoio ao desenvolvimento profissional.	Mínimo anual garantido, financiado e considerado no horário de trabalho.
Condições de Trabalho	Condições adequadas: tempos de planificação, colaboração e recursos.	Reforço das condições materiais, organizacionais e digitais, com tempos próprios protegidos.
Proteção e Segurança	Segurança nos termos da lei geral.	Proteção jurídica com apoio jurídico gratuito e obrigatório em situações decorrentes da função.
Autoridade Docente	Reconhecimento da autoridade e colaboração das famílias.	Autoridade como direito estatutário e corresponsabilização efetiva das famílias.
Direito à Desconexão	Não previsto.	Direito expresso à desconexão fora do horário de trabalho.
Deveres Gerais	Rigor científico e pedagógico; colaboração; atualização; inovação.	Deveres salvaguardados para não implicarem intensificação injustificada do trabalho.
Deveres com os Alunos	Promoção da aprendizagem, inclusão, bem-estar, disciplina e cidadania.	Centralidade das aprendizagens de qualidade e da inclusão, sem sobrecarga funcional.
Deveres com a Escola	Colaboração na gestão e funcionamento; registo obrigatório dos sumários.	Registos com finalidade exclusivamente pedagógica e com travões à burocratização.
Sumários	Instrumento obrigatório de transparência e monitorização.	Função pedagógica, simplificação administrativa e nunca instrumento de controlo.
Equilíbrio Direitos/Deveres	Reorganização com reforço dos deveres operacionais.	Reequilíbrio com reforço claro de direitos e garantias.
Visão Global	Docente integrado numa lógica funcional da Administração Pública.	Docente como profissional autónomo com Estatuto próprio forte e valorizador.

Aprovado pela Comissão Executiva da FNE no dia 30 de dezembro de 2025